

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA - ESEFID

Maria Angélica Brandolff

**Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas
esportivas na cidade de Esteio - RS.**

Porto Alegre - RS

2022

Maria Angélica Brandolff

**Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas
esportivas na cidade de Esteio - RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Educação Física, da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Orientadora: Prof.^a Dra. Aline Miranda
Strapasson

Porto Alegre - RS

2022

CIP - Catalogação na Publicação

BRANDOLFF, MARIA ANGÉLICA

Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas esportivas na cidade de Esteio - RS. / MARIA ANGÉLICA BRANDOLFF. -- 2022.

31 f.

Orientadora: ALINE MIRANDA STRAPASSON.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Licenciatura em Educação Física, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Acessibilidade . 2. Pessoa com deficiência. 3. Centros esportivos. I. MIRANDA STRAPASSON, ALINE, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA ANGÉLICA BRANDOLFF

**Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas
esportivas na cidade de Esteio - RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciatura em
Educação Física, da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Orientadora: Prof.^a Dra. Aline Miranda
Strapasson

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Aline Miranda Strapasson (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Janice Zarpellon Mazo
Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é analisar alguns itens de acessibilidade segundo a NBR 9050 (ABNT, 2020) em centros esportivos na cidade de Esteio-RS. Dentre os centros investigados se enquadram as academias de musculação e ginástica, box de *crossfit/crosstraining*, *studio* de funcional, escola da dança e *studio* de pilates. Este trabalho é fonte de um estudo de caso, descritivo com abordagem qualitativa. O instrumento de pesquisa utilizado foi a aplicação de um questionário com 13 perguntas fechadas e uma aberta, ressaltando alguns pontos importantes da norma citada, como rampa de acesso, banheiro adaptado, estacionamento com identificação para as Pessoas com Deficiência (PcD), placas indicativas, informações em *Braille*, corrimão, além de profissionais capacitados para trabalhar com o referido público. Os resultados revelaram que: 04 locais têm alunos com deficiência e 05 não; 04 locais possuem rampa de acesso e 05 não; 06 possuem banheiro acessível e 03 não; nenhum local apresenta piso tátil; 03 locais possuem vagas de estacionamento com identificação para as PcD e 06 não; 05 locais possuem bebedouro acessível e 04 não; 02 locais possuem placas indicativas de acessibilidade e 07 não; nenhum dos locais possui informações em *Braille* e, em se tratando de corrimão/barra de segurança, apenas 03 locais oferecem esse recurso. Sobre os profissionais que trabalham nos centros analisados, verificamos que 08 são professores de Educação Física e 01 Fisioterapeuta. Além disso, 04 deles possuem capacitação para trabalhar com PcD e 05 não possuem nenhum tipo de capacitação específica. Conclui-se que os centros esportivos analisados estão parcialmente acessíveis e requerem melhorias para propiciar atendimento às PcD.

Palavras-chave: Educação Física. Acessibilidade. Centros Esportivos. Pessoa com Deficiência. Barreiras arquitetônicas.

ABSTRACT

The objective of this course conclusion work is to analyze some accessibility items according to NBR 9050 (ABNT, 2020) in sports centers in the city of Esteio-RS. Among the investigated centers are framed as weight and gym academies, crossfit/crosstraining box, functional studio, dance school and pilates studio. This work is the source of a descriptive case study with a qualitative approach. The research instrument used was the application of a closed identity with 13 questions and an open one, highlighting some important points of the cited standard, such as access ramp, adapted bathroom, parking with identification for People with Disabilities (PwD), indicative signs, information in reference to the public. The students revealed that: 04 places have deficiencies and 05 do not; 04 places have an access ramp and 05 do not; 06 have an accessible bathroom and 03 do not; no location has tactile flooring; 03 places have parking spaces with identification for PwD and 06 do not; 05 places have accessible drinking fountains and 04 do not; 02 places have signs indicating accessibility and 07 do not; none of the locations have information in Braille and, when dealing with handrail/safety bar, only 03 locations are compatible with this feature. About the teachers who work in Physical Education in the centers are verified that 08 of Education and 01 of Physiotherapist. In addition, 04 of them have training to work with PwD and 05 do not have any specific qualification. Sports centers offered offer service and proposals for proposals to meet the proposals.

Keywords: Physical Education. Accessibility. Sports Centers. Person with Disabilities. Architectural barriers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 METODOLOGIA	11
2.1 TIPO DE ESTUDO.....	11
2.2 LOCAIS INVESTIGADOS NO ESTUDO.....	12
2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	12
2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	13
3.1.1 Tipo e causas das deficiências.....	13
3.2 ACESSIBILIDADE.....	15
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	18

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
ANEXOS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tratou-se sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência (PcD) em espaços de práticas esportivas (EPE). É de conhecimento universal que, essas práticas, são além de essenciais para a manutenção da saúde importantes para a socialização das pessoas, tendo deficiência ou não. Aceti (2007) cita que a falta de acesso compromete a independência e a autonomia das pessoas; a liberdade de ir e vir fica impossibilitada no momento em que o acesso a um determinado ambiente possui uma barreira física ou de comunicação. Quando isto acontece, impede-se alguém de usufruir desse ambiente, gerando um processo discriminatório (ACETI, 2007) e a acessibilidade é um direito Constitucional (GUERREIRO, 2012). Para tanto, o acesso aos locais das práticas esportivas são fundamentais para todos. Também é importante ressaltar que a melhoria da acessibilidade do transporte público é um fator primordial para o aumento de PcD praticando (e permanecendo) atividades físicas e esportivas (STRAPASSON; LOPES, 2021).

A minha motivação para realizar este estudo se deu a partir do momento em que tive contato com a disciplina de “Fundamentos da Educação Física Inclusiva”, no curso de Educação Física (EF) da UFRGS, ministrada pela docente na qual hoje é minha orientadora. Ao perceber o seu entusiasmo nesse ramo da EF e a gratificação pessoal que a referida professora emanava nas aulas, quis fazer parte desse novo mundo que me era apresentado, trazendo dessa forma o assunto em pauta. A NBR9050 já era de meu conhecimento desde a época da graduação em Biblioteconomia. Dito isso, surge o seguinte questionamento: “*Os EPE têm estrutura acessível para receber as PcD?*”. Cabe informar que neste estudo, serão considerados como EPE as academias de ginástica e musculação, os estúdios de dança e os box de *crossfit*.

Para responder a pergunta problema desta pesquisa, foi traçado o seguinte objetivo: reconhecer e traçar um perfil de acessibilidade nos centros de práticas esportivas de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul (RS). Como objetivos específicos, nota-se relevante verificar se os espaços para as práticas

esportivas estão de acordo com a Norma Brasileira de Acessibilidade (NBR) 9050, contendo:

- Rampa de acesso;
- Piso tátil;
- Local para estacionar com identificação;
- Banheiro adaptado;
- Bebedouro com altura adequada;
- Placas indicativas;
- Informações em *Braille*;
- Corrimão.

Além disso, intencionou-se verificar se há fácil acesso aos equipamentos; profissionais especializados para o atendimento de PcD, incluindo intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

2 METODOLOGIA

A metodologia é o procedimento adotado para organizar os passos de uma pesquisa (DEMO, 2000). Nessa etapa o estudo é organizado da melhor maneira para que possamos desenvolver um trabalho coerente e claro.

Nesta seção serão descritos os passos a serem seguidos durante a execução da pesquisa: a classificação do estudo, o tipo de abordagem, os sujeitos, o instrumento de coleta de dados e o procedimento de tratamento e análise dos dados.

Esteio, a cidade do estudo, se localiza na região metropolitana de Porto Alegre, no estado do RS. Considerada como uma cidade pequena, tem sua população por volta dos 83.352 mil habitantes (IBGE, 2022). Foi escolhida por ser o local de moradia e nascimento da autora deste projeto.

2.1 TIPO DE ESTUDO

Esta pesquisa é fonte de um estudo de caso, do tipo descritivo, com abordagem qualitativa. De acordo com Yin (2001), estudo de caso é uma investigação empírica que verifica um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real. O tipo descritivo visa descrever as características de determinada população/fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (SILVA; MENEZES, 2005). Para as autoras, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática, por exemplo. Nesse tipo de pesquisa, a técnica mais prevalente é a obtenção de declarações, sobretudo por questionário (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Já a abordagem qualitativa segundo Godoy (1995), enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

2.2 LOCAIS INVESTIGADOS NO ESTUDO

Nesta pesquisa foram investigados 15 centros esportivos da cidade de Esteio - RS. Dentre eles se enquadram: academias de ginástica e musculação, *studio* de dança, box de *crosstraining*, *studio* funcional, *studio* de pilates como já mencionado anteriormente.

2.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O instrumento selecionado para a coleta de dados foi o questionário (em anexo) impresso, com 14 questões fechadas e abertas, entregue em mãos para os 15 responsáveis dos centros esportivos investigados responderem. Cabe informar que os mesmos foram contatados e receberam explicações prévias sobre este projeto de pesquisa. A observação sistemática também será utilizada como instrumento, por meio de anotações de campo, onde serão observados os aspectos físicos do ambiente relacionados com a acessibilidade. De acordo com Danton (2002), nessa técnica, o observador, munido de uma listagem de itens, registra a ocorrência dos mesmos durante um período de tempo. Os dados serão descritos e analisados de forma qualitativa.

2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi norteada por valores fundamentais da ciência e da ética em pesquisa, tais como a honestidade, transparência, respeito, imparcialidade, responsabilização e boa gestão da atividade científica (VENTURA; OLIVEIRA, 2022). Cabe ressaltar que preservamos a identidade dos locais pesquisados e que os responsáveis dos locais pesquisados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após serem informados sobre a pesquisa realizada, bem como estão livres de cessar sua participação a qualquer momento sem danos para ambos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD):

Segundo Amiralian (2000), deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Para a autora, incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico e/ou uma perturbação no órgão (AMIRALIAN, 2000). A deficiência potencializa limitações, a depender de cada tipo, que interferem na execução de práticas diárias consideradas comuns (ARAÚJO, 2020).

As deficiências podem ser congênitas ou adquiridas ao longo da vida, sendo elas: Deficiência Física, Deficiência Visual, Deficiência Auditiva/Surdez, Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Síndromes, entre outras.

3.1.1 Tipos e Causas das Deficiências

Existem diversos tipos de deficiência, causas e manifestações. A Deficiência Física, por exemplo, refere-se aos problemas osteomusculares ou neurológicos que afetam a estrutura ou a função do corpo, interferindo na motricidade e/ou na locomoção dos indivíduos (MATTOS, 2008). Dentre as causas mais conhecidas, Macedo (2008) descreve a prematuridade, a anóxia perinatal, a rubéola, a toxoplasmose, o trauma de parto, a exposição à radiação, uso de drogas, causas metabólicas e acidentais, entre outras.

Outro tipo é a Deficiência Visual que, segundo Maia *et al.* (2008), abrange a cegueira ou baixa visão. É considerado cego o indivíduo com acuidade visual desde 3/60 (o que uma pessoa com visão normal pode ver a 60 metros, a pessoa com

deficiência visual consegue ver a 3 metros de distância) no melhor olho e melhor correção óptica possível, até a ausência de percepção de luz, ou correspondente perda de campo visual no melhor olho com a melhor correção possível. Já a definição de baixa visão corresponde à acuidade/nitidez visual igual ou menor do que 6/18, mas igual ou maior do que 3/60 no melhor olho com a melhor correção possível.

Couto Junior e Oliveira (2016) mencionam que as principais causas de baixa visão em crianças são as ametropias, que se não tratadas podem levar à cegueira. O glaucoma congênito também é um dos responsáveis pela perda de visão e afeta crianças desde o nascimento até aos três anos de idade. É causado pelo aumento da pressão dentro do olho devido ao acúmulo de líquido, podendo afetar o nervo óptico e levar à cegueira, quando não tratado (CBO, 2018). A catarata, e retinopatia diabética, complicações cirúrgicas entre outras, também são causas da deficiência visual (OLIVEIRA, 2022).

Para Cecatto (2003) dentre os fatores da Deficiência Auditiva/Surdez a rubéola congênita é a principal causa pré-natal de perda auditiva pelos seus efeitos teratogênicos. Há vulnerabilidade importante do feto no primeiro trimestre da gestação aos efeitos do vírus que costuma provocar a tríade clássica: catarata congênita, surdez e malformações cardíacas. Ainda a meningite e o emprego abusivo de drogas ototóxicas são causas da perda auditiva durante a infância (CECATTO, 2002) além da perda abrupta (de origem inflamatória), fatores vasculares afecções neurológicas degenerativas, tumores e traumas (CARVALHO, 2022).

A Deficiência Intelectual é apresentada como um estado de redução notável do funcionamento intelectual (inferior à média) associado a limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo (CASTRO, 2022). As manifestações de deficiência intelectual para Ke e Liu (2015) são principalmente atraso de desenvolvimento na função intelectual e déficits no funcionamento adaptativo social. De acordo com a gravidade do atraso no funcionamento intelectual, déficits na função adaptativa social são descritas quatro níveis de gravidade. Sobre as causas da Deficiência Intelectual, Leite (2022) cita: danos genéticos, congênitos, acidentes, doenças de causas sociais, entre outras.

Gomes (2007) descreve o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como grupo de distúrbios neuro psíquicos heterogêneo que atinge a linguagem, a cognição e a interação social, apresentando déficit na comunicação, na coordenação motora, no

nível de atenção e na sensibilidade sensorial. As manifestações clínicas do transtorno são complexas e impactam diretamente os indivíduos que convivem com a criança acometida pelo autismo. Nascimento *et al.* (2018) observam que as causas maternas relacionadas ao autismo também são relevantes, haja vista que existem vários aspectos relacionados à mãe que colaboram para esse desenvolvimento.

Dessa maneira surge um amparo legal na legislação que subsidiará e dará respaldo às PcD como forma de direito desses cidadãos. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da PcD (n.13.146/2015) é destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pela PcD, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

3.2 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade se relaciona aos espaços, mobiliários, equipamentos, meios de comunicação e informação garantindo que todas as pessoas possam se orientar e deslocar-se facilmente em um ambiente (MORAES, 2007). A acessibilidade é regida pela norma: “NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Em 2015, a referida norma foi totalmente revisada e reformulada com uma quantidade significativa de detalhes.

Na década de 40, o termo acessibilidade surgiu para determinar a condição de acesso das pessoas com deficiência, juntamente com serviços de reabilitação física e profissional para esse grupo (MORANO; SANTIAGO, 2019). Segundo Moraes (2007), a partir da década de 70 nos Estados Unidos e parte da Europa ocorreram as ações mais significativas para a acessibilidade.

No Brasil, o termo acessibilidade surgiu na década de 1960 e teve o marco inicial acerca das discussões legais na década de 80 na Constituição de 1988. Moraes (2007) relata que a partir da década de 80 várias ações voltadas para a acessibilidade do ponto de vista jurídico e normativo são visíveis, como por exemplo o que ocorreu na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que declarou o ano

de 1981 como o ano da Pessoa com Deficiência. Desde então, foi sendo inserido gradativamente o tema acessibilidade e deficiência nas discussões acerca da acessibilidade (MORAES, 2007).

A acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento do indivíduo, para a utilização com segurança e autonomia das edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos (NBR 9050, 2015). De uma forma geral a acessibilidade pode ser entendida como o acesso democrático e amplo para todos (MORAES, 2007).

O artigo 9, da Cartilha da Organização das Nações Unidas, coloca a acessibilidade como uma garantia das PCDs de viver e participar de todos os aspectos da vida:

(...) os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público (...) (ONU, 1982).

Visto isso, cabe o questionamento: “Há como não associar a acessibilidade com a inclusão das Pessoas com Deficiência? E o que entende-se por inclusão?”.

Muller (2022) coloca que a inclusão é um tema bastante recorrente nos meios sociais e acadêmicos com relevantes estudos e discussões sobre o alcance do que é o incluir, não somente para estar, mas, sobretudo de ser e fazer parte, protagonizar ações promocionais como autoestima de se sentir capaz de realizar e receber o reconhecimento por saber fazer, mesmo com toda a limitação, além do respeito a sua característica de como fazer.

A inclusão é o direito de convivência das pessoas que se afastam dos padrões de normalidade impostos pela sociedade. O direito de inclusão social está inserido na Constituição Federal de 1988, dispondo o direito da igualdade da pessoa humana. Essa igualdade se supõe o ato de inclusão de todos e para todos. Neste parâmetro são termos correlacionados pois, muitas vezes, a inclusão se dá por meio da acessibilidade. Para Cidade e Freitas (2014), a inclusão é um processo com grandes transmutações nos ambientes e na mentalidade das pessoas, para promover uma

sociedade que admita e valorize as diferenças individuais para ter uma convivência na diversidade humana com entendimentos.

A Lei Brasileira de Inclusão da PcD em seu capítulo IX dispõe sobre: Do Direito à Cultura, ao Esporte e Lazer. Dentre os artigos é conveniente destacar (BRASIL, 2015):

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo: I – incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; II – assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e III – assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no caput deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no caput deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta dos dados foi realizada no mês de setembro de 2022, na cidade de Esteio-RS. Os locais foram selecionados previamente e visitados presencialmente. O questionário foi entregue aos entrevistados, possuindo 14 questões, sendo 12 perguntas fechadas e 01 aberta. Cabe ressaltar que em alguns locais os entrevistados solicitaram que o questionário fosse entregue e posteriormente recolhido, porém os mesmos não retornaram e ou extraviaram, dessa forma foram finalizadas 9 entrevistas. Segue abaixo os resultados obtidos.

Quanto aos locais da pesquisa, entrevistamos 4 academias de musculação e ginástica, 3 box de *crosstraining/studio* de funcional, 01 escola de dança (*ballet*) e 01 *studio* de pilates, cujo número de alunos frequentadores destes estabelecimentos varia entre 27 e 630. Dentre os referidos locais, 04 têm alunos com deficiência e 05 não, sendo que as deficiências citadas encontram-se a intelectual, a física, a visual e a auditiva, e apenas 01 dentre eles possui 04 itens de acessibilidade.

O estudo de Bastiel e Carvalho (2021) sobre acessibilidade e inclusão da PcD em centros esportivos demonstrou que a deficiência intelectual foi a mais recorrente, com 11 pessoas, seguida da deficiência física (7) e da deficiência visual (2), sem a incidência de pessoas com deficiência auditiva e múltiplas.

Quanto a possuir rampa de acesso às PcD, 04 locais possuem e 05 não. Em relação ao item banheiro acessível, 06 locais possuem e 03 não. Para Silva *et al.* (2021), a adequação dos banheiros é um elemento fundamental para a frequência e permanência de alunos com deficiência.

Sobre piso tátil para facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência visual, não encontramos em nenhum estabelecimento. Na maioria dos locais pesquisados foi observado piso sem textura, com cor escura e pouco aderente ao calçado. O piso tátil deve ter uma textura e ou cor diferenciada que tem como objetivo orientar e facilitar a percepção das pessoas com baixa visão e deficiência visual (SILVA *et al.*, 2021). Sobre vagas de estacionamento com identificação para as PcD, apenas 03 locais possuem e 06 não possuem. Já, em se tratando de bebedouro acessível, 05 locais possuem e 04 não.

Também verificamos se os locais possuem placas indicativas de acessibilidade e constatamos que 02 locais possuem e 07 não. Nenhum dos locais possui informações em *Braille* e, em se tratando de corrimão/barra de segurança, apenas 03 locais oferecem esse recurso. Um estudo realizado por Silva *et al.* (2021) também constatou que os locais de prática esportiva estudados não possuíam corrimão/barra de segurança.

Sobre os profissionais que trabalham nos centros analisados, verificamos que 08 são professores de Educação Física e 01 Fisioterapeuta, sendo eles os responsáveis pelos locais. Além disso, 04 deles possuem capacitação para trabalhar com PcD e 05 não possuem nenhum tipo de capacitação específica. Lima (2018), em pesquisa semelhante, citou que quando se trata de atendimento especializado, somente 20% das academias relatam possuir um profissional capacitado e treinado para atender aos clientes com necessidades diferenciadas, o que acreditamos ser muito pequeno.

De forma geral, foi constatado que nenhum local tem conhecimento sobre a Norma Técnica de Acessibilidade (NBR9050), porém apresentam alguns dos itens propostos por exigência da vistoria dos bombeiros, dentre eles a rampa de acesso e o banheiro adaptado. Em estudo semelhante, Bastiel e Carvalho (2021) constataram que o centro esportivo avaliado não era plenamente acessível de acordo com a NBR9050.

Podemos constatar que a baixa procura das PcD nos centros esportivos é o reflexo da inviabilização de circulação nesses locais. Mazzotta (2001), afirma ser fundamental que a acessibilidade seja interpretada como elemento indispensável para a inclusão social de todas as pessoas nos diferentes espaços da vida pública ou privada. Todos os ambientes de prática esportiva deveriam estar condicionados para receber e incluir as PcD de forma segura, garantindo seu livre acesso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa atingiu os objetivos de analisar a acessibilidade proposta na NBR9050. Os resultados revelaram que os centros esportivos investigados estão parcialmente acessíveis, não são preparados dentro do âmbito de acessibilidade para receber as PcD, bem como os profissionais não se sentem seguros por relatarem pouca capacitação no assunto. Seria necessário uma melhoria e readequação na parte arquitetônica dos locais para que atendessem às necessidades de acessibilidade.

Foi constatado também que os profissionais se sentem despreparados para atender essa população, que muitas vezes necessitam de cuidados/atendimento específicos/especializado.

Outro ponto importante que pode ser salientado é que a falta de acesso se torna uma barreira significativa que impede as PcD de procurarem um local para uma prática de exercício físico, bem como também o público de obesos, idosos e pessoas com lesões esportivas em processo de reabilitação, impossibilitando, muitas vezes, seu acesso a essas práticas. Esse indicativo impossibilita, principalmente, as PcD, muitas vezes, a práticas esportivas.

As barreiras arquitetônicas, no que se refere a acessibilidade, são um entrave para as PcD. O exercício físico deveria estar presente na vida dessas pessoas para auxiliar nos aspectos cognitivos, motores, afetivos e sociais, na inclusão social em sua comunidade, porém ainda estamos longe de conquistar essa inclusão de forma plena.

Ao validar-se desses dados podemos concluir que é necessário melhorias e mais pesquisas na área de acessibilidade, bem como uma cobrança da sociedade para que haja essas mudanças físicas do ambiente, adequando, dessa forma, o ambiente físico e viabilizando o acesso à todos.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.gedweb.com.br/ufrgs/> Acesso em: 15 out. 2021.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 15287 – Informação e documentação- Projeto de pesquisa: Apresentação. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.gedweb.com.br/ufrgs/> Acesso em: 15 out. 2021.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 6023– informação e documentação. Referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.gedweb.com.br/ufrgs/> Acesso em: 15 out. 2021.

ACETI, D. C. S. O Amparo Legal aos Portadores de Necessidades Especiais. **Anuário de Produção Acadêmica Docente** - ANUDO, v. 1, n. 1, p. 207-214, 2007.

AMIRALIAN, M. L. T. *et al.* Conceituando deficiência. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 1, p. 97-103, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/v34n1/1388.pdf> Acesso em: 18 mar. 2022.

ARAÚJO, Y. F. de L. *et al.* Acessibilidade da pessoa com deficiência física às unidades básicas de saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/V8JRFvcNF8WKRyXwGR9svLF/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 jul. 2022.

BATISTEL, J.; CARVALHO, H. A. de. **Acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros esportivos**: estudo de caso. *Brazilian Journal of Development*: v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24163/19344> Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf> Acesso em 14 out. 2021.

CARVALHO, A. dos S. M. de *et al.* A inclusão de deficientes auditivos no Ensino Superior: Direito, acessibilidade e avaliação. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e27511124979-e27511124979, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24979> Acesso em 18 set. 2022.

CASTRO, L. R. de. **Estudos sobre Envelhecimento**: Um Olhar da Pessoa com Deficiência Intelectual: Autonomia e Independência. São Paulo, Vol. 32 n. 82, abril

2022. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/05/RevistaMais60_Edicao82.pdf Acesso em 27 jul 2022.

CBO – CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. Os cuidados e informações sobre a deficiência visual. *Veja Bem*, São Paulo, v. 6, p. 3-19, ano 6, 2018. Disponível em: <https://www.vejabem.org/revista/17/os-cuidados-e-infor-ma%E7%F5es-sobre-a-defici%EAncia-visual>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CECATTO, S. B. *et al.* Análise das principais etiologias de deficiência auditiva em Escola Especial" Anne Sullivan". **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia**, v. 69, p. 235-240, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rboto/a/bb9M5SPjZJt8FBcqX5KXTw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 jul. 2022.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação física e inclusão**: considerações para a prática pedagógica na escola. 2014. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INCLUS%C3%83O-PRATICA-PEDAGOGICA.pdf>. Acesso em 30 jul. 2022.

COUTO JUNIOR, A.; OLIVEIRA, L. A. G. de. As principais causas de cegueira e baixa visão em escola para deficientes visuais. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 75, p. 26-29, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbof/a/pYdszvTh6tPwRH3B4fXmKLb/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 27 abril 2022.

DANTON, G. **Metodologia científica**. Pará de Minas: Virtual Books Online, 2002.
 DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. Disponível em: <<https://xoomer.virgilio.it/leonildoc/pdf/metodo1.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2022.

FARIA, Sidney Julio de *et al.* Ametropias e Presbiopia. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 55, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/173948/186038> Acesso em: 19 set. 2022.

FONTES, B. M. da C.; SOUZA, C. B. de . Transtorno do espectro autista (TEA): da classificação genética ao diagnóstico molecular. *SaBios-Revista de Saúde e Biologia*, v. 17, p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/sabios/article/view/3405> Acesso em: 19 set. 2022

GRIBOSKI, C. M. *et al.* **DEFICIÊNCIA FÍSICA**, 2006. Disponível em: <https://i0.statig.com.br/educacao/inclusao-de-alunos-necessidades-especiais.pdf> Acesso em: 04 abril 2022.

GOMES, C. G. S. Autismo e ensino de habilidades acadêmicas: adição e subtração. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 3, p. 345-364, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/VGWMhsqbnR8bqvXFZZWz3wk/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abril 2022.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/20595>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GUERREIRO, E. M. B. R. A Acessibilidade e a Educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 217-232, maio/ago. 2012.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Panorama: População, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/esteio/panorama>> Acesso 27 fev. 2022.

KE, X.; LIU, J. Deficiência intelectual. **Tratado de Saúde Mental da Infância e Adolescência da IACAPAP (International Association for Child and Adolescent Psychiatry and Allied Professions)**, 2015. Disponível em: <<https://www.dislexia.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Defici%C3%Aancia-Intelectual.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2022.

LEITE, M. M. de F. A Deficiência Intelectual: história e estigmatização imposta as pessoas ao longo dos tempos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 748-760, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/3866> Acesso em: 11 set. 2022.

LIMA, K. D. N. *et al.* Os desafios encontrados pelos deficientes para o ingresso nas academias de ginástica da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 19, n. 1, 2018. Disponível em : <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/7868> Acesso em 8 out. 2022.

MACEDO, P. C. M. Deficiência física congênita e Saúde Mental. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 127-139, dez. 2008 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582008000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 mar. 2022.

MATTOS, E. Atividade Física nos Distúrbios Neurológicos e Musculares. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. **Atividade Física Adaptada**. Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 2. ed. SP: Manole, 2008. p. 221-251.

MAIA, J. M. D.; DEL PRETTE, A.; FREITAS, L. C. Habilidades sociais de pessoas com deficiência visual. **Revista brasileira de terapias cognitivas**, v. 4, n. 1, p. 0-0, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872008000100005 Acesso em: 20 ago. 2022.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, M.C. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050**. Florianópolis, 26 de junho de 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa

de Pós-graduação, UFSC, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90530> Acesso em: 20 out. 2021.

MORANO, R. P; SANTIAGO, Z. M. P. **Reflexões acerca das políticas públicas de acessibilidade-** Uma análise histórica, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1218> Acesso em: 23 abril 2022.

MULLER, L. M. Inclusão da Pessoa com Deficiência à luz do ordenamento jurídico brasileiro. **TCs ON-LINE de Direito-FACULDADE PROGRESSO**, n. 1, 2022. Disponível em: <http://revista.progressoead.com.br/index.php/tcdireito/article/download/278/238> Acesso em 24 jul. 2022.

NASCIMENTO, A. C. E. *et al.* Influências biológicas e ambientais do transtorno do espectro autista e suas repercussões psicossociais. **CIPEEX**, v. 2, p. 1063-1073, 2018. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/CIPEEX/article/view/2882> Acesso em 23 abril 2022.

OLIVEIRA, I. P. de *et al.* Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 55, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/187823> Acesso em: 19 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência**, 1982. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html> – Acesso em 16 out. 2021.

STRAPASSON, A. M.; LOPES, M. C. Esportes de Raquete Adaptados. In: CHIMINAZZO, J. G.; BELLI, T. (Orgs.). **Esportes de Raquete**. Santana de Parnaíba [SP]: Manole, 2021. Cap. 11.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. **Organizações rurais & agroindustriais**, v. 7, n. 1, p. 70-81, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/878/87817147006.pdf> Acesso em: 20 ju. 2022.

SILVA, I. M. **Diagnóstico do Glaucoma Congênito**–Revisão Sistemática. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20857> Acesso em: 04 set. 2022.

SILVA, S. E. P. da; ESPÍRITO SANTO, C. A. do; COSTA, R. R. Inclusão social de Pessoas com Deficiência em academias de musculação. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas**, v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistaeletronicafunvic.org/index.php/c14ffd11/article/view/302> Acesso em: 05 out. 2022.

THOMAS J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed., Porto Alegre: Artmed, 2012.

Yin, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

VENTURA, M.; OLIVEIRA, S. C. de. Integridade e ética na pesquisa e na publicação científica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00283521, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2022.v38n1/e00283521/pt/> Acesso em: 19 set. 2022.

ANEXOS

ANEXO 1: QUESTIONÁRIO

Projeto de Pesquisa acadêmica com finalidade para o Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física intitulado: “Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas esportivas na cidade de Esteio - RS”.

1. Qual é o tipo do seu estabelecimento?

- Academia de musculação
- Studio de dança
- Box de crossfit ou crosstraining
- Studio de pilates
- Studio de funcional
- Outro. Qual? _____

2. Quantos alunos estão matriculados em seu estabelecimento?

3. Possui algum aluno com deficiência?

- sim
- não

4. No caso de resposta afirmativa, qual deficiência?

- Física
- Visual
- Auditiva
- Intelectual

Múltiplas

Outra - qual? _____

5. O seu estabelecimento possui rampa de acesso?

sim

não

6. O seu estabelecimento possui banheiro acessível para as pessoas com deficiência?

sim

não

7. O seu estabelecimento possui piso tátil para as pessoas com deficiência visual?

sim

não

8. O seu estabelecimento possui vagas de estacionamento com identificação para pessoas com deficiência?

sim

não

9. O seu estabelecimento possui bebedouro acessível?

sim

não

10. O seu estabelecimento possui placas indicativas (As placas de acessibilidade são aquelas que indicam banheiros (masculino e feminino) para pessoas com deficiência de locomoção e também de vagas de estacionamento exclusivas)?

sim

não

11. O seu estabelecimento possui informações em Braille?

sim

não

12. O seu estabelecimento possui corrimão?

sim

não

13. Os profissionais que atuam no seu estabelecimento são formados em Educação Física:

sim

não

14. Esses profissionais possuem capacitação dentro da área de educação física para pessoas com deficiência?

sim

não

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) de uma pesquisa desenvolvida pela graduanda Maria Angélica Brandolff vinculada ao curso de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (ESEFID), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A sua participação é fundamental para a construção da monografia de conclusão de curso de graduação intitulada: ***Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas esportivas na cidade de Esteio - RS***, que está sob a orientação da Prof^a Dr^a Aline Miranda Strapasson. O objetivo principal é reconhecer e traçar um perfil de acessibilidade nos centros de práticas esportivas de uma pequena cidade do Rio Grande do Sul (RS). O instrumento selecionado para a coleta de dados foi o questionário impresso, com 14 questões (fechadas e abertas), entregue em mãos para os 15 responsáveis dos centros esportivos investigados. Cabe informar que os mesmos foram contatados e receberam explicações prévias sobre este projeto de pesquisa. Além disso, os mesmos podem se recusar a participar da pesquisa em qualquer momento sem que cause qualquer prejuízo. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos sua identidade e da instituição com padrões profissionais de sigilo. Em caso de dúvidas poderá contatar a pesquisadora pelo email: angelbrandolff@gmail.com. Uma cópia do TCLE será deixada junto ao pesquisado.

Eu, _____ RG _____, fui devidamente esclarecido(a) em relação ao projeto de pesquisa "***Acessibilidade como meio de Inclusão: um estudo em espaços de práticas esportivas na cidade de Esteio - RS***" e concordo em participar.

Esteio, setembro de 2022.

Assinatura do Participante/RG

Assinatura do Pesquisador: Maria Angélica Brandolff/cartão UFRGS 00134601

